



**Ministério Público do Distrito Federal
Procuradoria Geral**

Informação 027/2018-Marco Peres

Exma. Sra. Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, Procuradora do MPC/DF

Referência: Alterações orçamentárias Projetos de Lei nº 1.884/2018 e nº 1.884/2018¹.

A Informação atende solicitação para que seja analisado fato divulgado na imprensa local de que o Governo do Distrito Federal – GDF solicitou em meados de janeiro de 2018 à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF a abertura de crédito adicional ao orçamento de 2018.

Trata-se dos Projetos de Lei nº 1.884/2018² e nº 1885/18³, em que o GDF solicita alterações na Lei orçamentária Anual para 2018, LOA/18, Lei nº 6.060/2017.

O PL nº 1.885/2018 solicita abertura de crédito suplementar por remanejamento de dotações, com fulcro nos art. 43, §1º, III da Lei nº 4.320/64, e no art. 8º da Lei nº 6.060/2017⁴, com cancelamento de dotações alocadas na reserva de contingência (vetos à lei orçamentária distrital)⁵, com reforço a favor da Secretaria de

¹ Números atribuídos pela CLDF durante a atividade legislativa.

² Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 123.526.830,00.

³ Abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 1.412.744.715,00.

⁴ “Art. 8º Excetuadas as dotações consignadas às unidades orçamentárias da Câmara Legislativa e do Tribunal de Contas e os subtítulos inseridos nesta Lei por emenda parlamentar, no seu processo de elaboração, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, mediante ato próprio: I - com a finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias, até o limite de 25% do valor total de cada unidade orçamentária, nos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das empresas estatais, mediante a utilização de recursos provenientes: a) da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias autorizadas pela Lei Orçamentária Anual (LOA), nos termos do art. 43, § 1º, III, da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;”

⁵ Lei nº 5.950, de 02.08.2017 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018:

“Art. 30. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição de dispositivo do PLOA 2018, ficarem sem despesas correspondentes, podem ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.



**Ministério Público do Distrito Federal
Procuradoria Geral**

Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG, com o objetivo de suportar nomeações decorrentes de concurso público com o objetivo de recompor a força de trabalho do GDF.

Como se trata de despesa de pessoal (toda dotação remanejada será alocada no grupo de despesa “1 – Pessoal e Encargos Sociais”), a Lei nº 5.950, de 02.08.2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 - LDO/2018 determina que:

Art. 57. Os projetos de lei de créditos adicionais apresentados à CLDF devem obedecer à forma e aos detalhamentos estabelecidos na lei orçamentária anual e no QDD.

[...]

§ 2º Os créditos adicionais destinados às despesas com pessoal e encargos sociais, a serem submetidos à CLDF, devem ser encaminhados por meio de projeto de lei específico para esta finalidade, observado o disposto neste artigo.

Segundo a Exposição de Motivos nº 02/18/GAB/SEPLAG, as alterações em comento têm a ver com a publicação da Lei Complementar nº 932/2017, de meados de outubro, que unificou o antigo Fundo Capitalizado do Iprev ao Fundo Financeiro, ensejando a aposição de veto à continuidade desses recursos no orçamento do Instituto de Previdência.

Diante disso, a proposição em tela foi encaminhada à presidência da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF da CLDF, para que as alterações indicadas pudessem ser incluídas na versão final do PLOA/18. Em reunião do Colegiado de Líderes (18/12/2017) restou acordado que a aprovação da proposta ocorreria na forma de crédito adicional, em 15/01/2018. O Projeto de Lei nº 1884/18, portanto, materializa a proposta.

Por sua vez, o PL nº 1885/18 solicita a abertura de crédito adicional, sendo R\$ 79,3 milhões de crédito especial⁶, e R\$ 1,33 bilhão de crédito suplementar, com fulcro

§ 1º Os recursos de que trata o caput são alocados na Reserva de Contingência, em subtítulo específico, até que, por meio de lei, lhes sejam dadas novas destinações.” (sem destaques no original)

⁶ Lei nº 4.320/64:

“Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

[...]



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Procuradoria Geral**

no art. 43, § 1º, III da Lei nº 4.320/64, por anulação de dotações da reserva de contingência (vetos à lei orçamentária distrital), com suplementação em diversas Secretarias e Unidades do GDF, para custeio (GND 3 – Outras despesas correntes) e investimento (GND 4 – Investimento), em diversas fontes de recursos, com predominância de recursos ordinários (fonte 100).

Por meio da Exposição de Motivos nº 01/18/GAB/SEPLAG, a SEPLAG informa, a exemplo do projeto de lei comentado antes, as alterações propostas já haviam sido encaminhadas à CLDF para que fossem incorporadas na versão final do PLOA/2018, ficando acordado que seriam feitas posteriormente por meio de crédito adicional.

Os recursos são provenientes dos efeitos da Lei Complementar nº 932/2017, comentada antes, e do ingresso de recursos dos recursos dos depósitos judiciais⁷ que pode liberar recursos do Tesouro que bancariam as despesas com precatórios para outras finalidades (Emenda Constitucional nº 94/16, que dispõe sobre o pagamento de precatórios e RPVs, e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, impondo novo regramento à matéria)⁸.

Ainda segundo a EM nº 01/2018, os recursos do PL nº 1884/18 serão assim destinados:

Área	Valor
Saúde	407
Educação	298
Seplag (contratos)	198
Mobilidade Urbana	148
Infraestrutura	97

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
(destaquei)

⁷ Trata-se de depósitos judiciais de natureza tributária de competência do Distrito Federal. A Lei nº 4.866/2012 criou o Fundo de Reserva de Depósitos Judiciais Tributários do Distrito Federal. Do total dos depósitos, 70% são repassados ao GDF e 30% formam o Fundo, destinado a garantir a restituição da parcela dos depósitos repassada ao DF. O GDF só pode usar os recursos repassados para pagamento de precatórios judiciais e amortização do principal e juros da dívida. Caso o processo se encerre com ganho de causa para o depositante, o Fundo restitui o valor depositado acrescido da remuneração que lhe foi originalmente atribuída, devendo o GDF manter o saldo do fundo sempre superior aos valores mínimos de referência estabelecidos no dispositivo legal.

⁸ O assunto foi objeto da Representação nº 11/2017-CF (e-DOC FB9BD3C8-e), em face dos efeitos da edição da EC nº 94/16 e dos impactos do novo dispositivo constitucional em âmbito local, discutido nos autos 10.366/2017e.



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Procuradoria Geral**

Segurança Pública	61
Fazenda	55
SedestMidh	35
Sec. da Criança	21
Sejus	13
Sec. Cidades	7
Sec. Esportes	5
Outros	86

A EM nº 01/2018 aponta que em dezembro de 2017 “*elevou-se a expectativa de ingresso de recursos de depósitos judiciais em função da decisão do Supremo Tribunal Federal – STF na ADI 5679, que em caráter liminar, esclareceu os procedimentos para que o GDF possa lançar mão desses recursos, promovendo uma elevação na expectativa de ingresso de tais recursos. Daí se justifica que o valor dos dois PLs de crédito adicional enviado à CLDF apresentem, em seu conjunto, valor mais elevado, da ordem de R\$ 121 milhões, em relação às sugestões de alteração do PLOA 2018 apresentadas em dezembro*”.

Sobre a utilização de depósitos judiciais para pagamento de precatórios (§ 2º do art. 102 do ADCT)⁹, essa possibilidade permite que o GDF desloque os recursos ordinários que seriam aplicados para esses fins para outras finalidades.

A respeito da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 5679 (e-DOC 28D81A56-c), ajuizada pela Procuradoria-Geral da República contra dispositivo da EC nº 94/2016, em recente liminar proferida em 07.06.2017, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal - STF, determinou que o dinheiro das contas de

⁹ “§ 2º O débito de precatórios poderá ser pago mediante a utilização de recursos orçamentários próprios e dos seguintes instrumentos:

I - até 75% (setenta e cinco por cento) do montante dos depósitos judiciais e dos depósitos administrativos em dinheiro referentes a processos judiciais ou administrativos, tributários ou não tributários, nos quais o Estado, o Distrito Federal ou os Municípios, ou suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, sejam parte;

II - até 20% (vinte por cento) dos demais depósitos judiciais da localidade, sob jurisdição do respectivo Tribunal de Justiça, excetuados os destinados à quitação de créditos de natureza alimentícia, mediante instituição de fundo garantidor composto pela parcela restante dos depósitos judiciais, destinando-se:

a) no caso do Distrito Federal, 100% (cem por cento) desses recursos ao próprio Distrito Federal;”



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Procuradoria Geral**

depósitos judiciais seja usado **exclusivamente** para pagar precatórios atrasados constituídos até o dia 25 de março de 2015¹⁰.

Dessa forma, para fazer uso dessa fonte de recursos, os estados e municípios devem **constituir imediatamente o fundo garantidor do pagamento**, previsto na norma. Esse fundo será composto de 80% dos depósitos judiciais referentes a litígios entre particulares, sem envolvimento do ente interessado no uso do dinheiro para pagamento de precatórios.

Ademais, a decisão liminar exige “*que os valores sejam transpostos das contas de depósito diretamente para contas vinculadas ao pagamento de precatórios, sob a administração do Tribunal competente, afastando-se o trânsito de tais recursos pelas contas dos Tesouros estaduais e municipais*”, evitando a duplicidade contábil de receita, e afastando o risco de utilização em outros fins pelos entes federados, ou mesmo o atraso nos repasses.

O assunto é objeto dos autos 10.366/2017e, inaugurado pela Representação nº. 11/2017/2017 – GPCF (e-DOC FB9BD3C8-e) que apontou a necessidade de discussão dos efeitos da EC nº 94/2016 no âmbito local. O crédito adicional em discussão é um dos efeitos, a desoneração temporária dos cofres do Tesouro local pelo uso dessa fonte de recursos. Por último, importa anotar que o Ministério Público de Contas do Distrito Federal proferiu recente Parecer nº 1122/2017-CF (e-DOC 66F3E455-e¹¹).

A respeito do novo regime especial de pagamentos de precatórios, vigente a partir de janeiro de 2017, a EC nº 94/16 acrescentou o art. 101 ao ADCT, que estipula o seguinte: “*Art. 101. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, estiverem em mora com o pagamento de seus precatórios quitarão até 31 de dezembro de 2020 seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período, depositando, mensalmente, em conta especial do Tribunal de Justiça local, sob única e*

¹⁰ Essa data refere-se ao julgamento da questão de ordem referente à modulação dos efeitos das ADI nº 4.425/DF e 4.357/DF, pelo STF.

¹¹ Sinopse: Efeitos da edição da EC Nº 94/2016 e os impactos desta EC em âmbito local



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Procuradoria Geral**

exclusiva administração desse, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre as respectivas receitas correntes líquidas, apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual suficiente para a quitação de seus débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, à média do comprometimento percentual da receita corrente líquida no período de 2012 a 2014, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça local”.

No referido processo, as apurações dos repasses realizados na Informação 37/17- NAGF (e-DOC 89D73769-e, de 29.09.2017) davam conta de que o Aporte Anual Estimado para depósito realizado na conta especial de precatórios monta R\$ 757.440,0 milhões, tendo sido identificado um único repasse de R\$ 7,3 milhões, apenas 0,97% do valor devido.

Com o intuito de atualizar as informações e utilizando os valores de Aporte Mensal Estimado pela Instrução, extraiu-se dados do Siggo para fins de verificação:

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA EC Nº 94/2016									
REPASSE DE RECUROS DA SEF/DF AO TJDF P/ PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS									
R\$ 1.000,00									
RCL Acumulada		Aporte Mensal (A) ²	Aporte Mínimo (B) ¹	Depósito realizado Valor (C)	Ordem Bancária	Fonte	Mês de referência	Diferença (C) - (A)	Diferença (C) - (B)
Mês	Valor								
nov/16	19.713.515								
dez/16	19.881.230								
jan/17	20.010.619	63.120	24.642	-				-63.120	-24.642
fev/17	20.523.952	63.120	24.852	-				-63.120	-24.852
mar/17	20.402.280	63.120	25.013	-				-63.120	-25.013
abr/17	20.246.990	63.120	25.655	-				-63.120	-25.655
mai/17	20.209.174	63.120	25.503	-				-63.120	-25.503
jun/17	20.318.677	63.120	25.309	24.615	2017OB26913	100	dez/16	- 31.194	6.617
				7.311	2017OB30270	172	jan/17		
jul/17	20.398.889	63.120	25.261	-				-63.120	-25.261
ago/17	20.551.146	63.120	25.398	-				-63.120	-25.398
set/17	20.759.008	63.120	25.499	-				-63.120	-25.499
out/17	20.761.090	63.120	25.689	17.331	2017OB53014	172	jan/17	-45.789	-8.358
nov/17	20.715.279	63.120	25.949	-				-63.120	-25.949
dez/17	20.719.829	63.120	25.951	9.500	2017OB64043	172	Parcial 2017	191.036	228.205
				225.000	2017OB65206	172	Parcial 2017		
				430	2017OB65277	172	Parcial 2017		
				11.935	2017OB65278	100	nov/17		
				7.292	2017OB65279	172	nov/17		
Total do período		757.440	304.721	303.414				-454.026	-1.307

Fonte: Siggo; e Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO - disponível até dez/16.

1 - Depósito mensal de 1/12 (um doze avos) do correspondente a 1,5% da RCL apurada no segundo mês anterior ao mês corrente, nos termos do § 1º do art. 101 do SEF/DF: Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal.

2 - Aporte Mensal estimado pela Informação nº 37/17- NAGF (e-DOC89D73769-e).



**Ministério Público do Distrito Federal
Procuradoria Geral**

Em resumo, os repasses feitos pelo GDF para o TJDF na conta especial de precatórios montam R\$ 303,4 milhões. Utilizando dois valores de referência, o Aporte Mensal e o Aporte Mínimo (regra utilizada no regime anterior, estabelecido EC nº 62/09), nota-se que o valor repassado é inferior a ambos os valores de referência, principalmente em relação Aporte Mensal Estimado.

Julga-se profícuo, portanto, alertar a Corte de Contas a respeito da insuficiência dos repasses mensais de recursos destinados ao pagamento de precatórios do Distrito Federal durante o exercício de 2017, em contrariedade às disposições do art. 101 do ADCT, expondo tanto o Tesouro local quanto a própria chefia do Poder Executivo às sanções previstas no art. 104 do mesmo ADCT.

Outra informação de interesse no quadro acima é a predominância na utilização dos depósitos judiciais para pagamento dos precatórios (88% dos repasses), contra a redução do uso dos recursos ordinários livre (fonte 100, 12%).

Importa anotar que a receita de depósitos judiciais experimentou forte elevação no mês de dezembro de 2017, alcançando R\$ 234,1 milhões. Até novembro de 2017, a média de arrecadação mensal de R\$ 2,9 milhões gerou receita acumulada de R\$ 32,7 milhões, enquanto a expectativa era de que a arrecadação chegasse a R\$ 82,7 milhões. Os dados sobre a receita arrecada extraídos do Siggo apontam, em janeiro de 18, que a arrecadação tende para a média observada até novembro do ano anterior.

Diante disso, o GDF alterou a programação orçamentária de 2017 do Programa de Trabalho “28846000190010009 PRECATÓRIOS”, da Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal - SEF/DF, reduzindo a dotação custeada pela fonte 100 (de R\$ 261,2 milhões para R\$ 195,2 milhões) e aumentou a dotação suportada pelos recursos da fonte 172 (precatórios), no montante de R\$ 234,3 milhões (praticamente o valor arrecadado a mais em dezembro de 2017).

O mesmo movimento se vê na programação orçamentária de 2018. Comparando o “*Anexo XIV Demonstrativo dos Precatórios Judiciais por Fontes de Recursos*” do PLOA/2018 e da LOA/2018:



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Procuradoria Geral**

19101 - SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL

PLOA 2018	
100 - Ordinário não vinculado	232.941.807
172 - Recursos decorrente de Dep. Judiciais-LEI-4866/2012	88.419.090
TOTAL	321.360.897
LOA 2018	
100 - Ordinário não vinculado	1.050.000
172 - Recursos decorrente de Dep. Judiciais-LEI-4866/2012	88.419.090
TOTAL	89.469.090

A dotação destinada a precatórios da SF/DF sustentada por recursos do Tesouro local foi drasticamente reduzida e destinada para outras finalidades. O valor total indica a previsão de repasses significativamente inferior aos valores apurados em 2017.

De fato, essa foi a justificativa apontada na EM nº 01/2018 anexa ao Projeto de Lei nº 1.884/2018, que solicita a abertura de crédito adicional, argumentando que a elevação na arrecadação com depósitos judiciais abre espaço fiscal para liberar recursos ordinários para outros fins.

Cediço que durante a execução orçamentária a situação relatada pode vir a ser alterada, contudo demonstra a tendência na programação adotada, com financiamento baseado em recursos de depósitos judiciais.

Na hipótese de não se verificarem significativos aportes nos repasses dos recursos decorrentes dos depósitos judiciais, o risco de aporte insuficiente ao necessário para viabilizar a quitação no prazo estipulado na EC nº 94/16 se elevaria.

Nessa toada, tendo em mente que GDF deveria quitar o saldo de precatório em mora na data de 25/03/2015 até 31/12/2020, levando em conta ser 2018 o último ano de mandato do atual governo, repasses insuficientes, como se viu, poderiam onerar sobremaneira os orçamentos futuros (2019 e 2020, último ano para quitação dos precatórios em mora¹²), a exemplo do que ocorreu em 2015.

¹² Segundo a Informação nº 37/17- NAGF, quando da análise da resposta encaminhada pela SEF/DF, ainda não havia o plano de pagamentos previsto no art. 101 do ADCT, tendo sido encaminhado "...o estudo para elaboração do plano de pagamentos previsto pela EC nº 94/16, opondo, de um lado, a proposta elaborada pelo TJDF (Ofício nº 5.825/GPR, e-DOC 0AF74DA8-c, pág. 24) e de outro o plano de pagamentos apresentado pela PGDF (Ofício nº 332/2017, e-DOC 0AF74DA8-c, pág 3)".



**Ministério Público do Distrito Federal
Procuradoria Geral**

Ocorre que em 14.12.2017, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 99 – EC nº 99/17¹³, alterando e incluindo diversos dispositivos o novo regime especial de pagamentos de precatórios regulado pela EC nº 94/16. O Anexo I a esta Informação traz a comparação entre o texto dado pela EC nº 99/17 aos dispositivos da CE nº 94/16.

Em resumo, foi ampliado o prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios quitem as dívidas de precatórios no regime especial, de 2020 para 2024¹⁴, com motivação na crise fiscal por que passam os entes federados.

O novo texto determinou a atualização dos valores pelo IPCA-E (correção monetária), alterou o critério para depósito mínimo, da média dos depósitos entre 2012 a 2014, para valores depositados atualmente. Considerando a crise financeira que atinge a maioria dos Estados e Municípios, é possível que sob o novo critério, se verifique redução do valor mínimo.

Para viabilizar a quitação, ampliou os meios de pagamento prevendo que possam ser utilizadas quaisquer fontes de receita primária¹⁵, inclusive as receitas vinculadas (mais uma desvinculação de receitas), preservada a repartição constitucional

¹³ A EC nº 99/2017 é a quarta emenda constitucional que trata exclusivamente de Precatórios. A anterior, a EC nº 94/16, teve a redação alterada e dispositivos incluídos pela mais recente. A primeira foi a EC nº 30/2000 que autorizou o parcelamento no pagamento por 10 anos. Posteriormente, a EC nº 62/2009 alterou o artigo 100 da CF/88 e acrescentou o art. 97 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) instituindo o regime especial de pagamento de Precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

¹⁴ Há riscos de que a nova emenda venha a ser questionada posto que desrespeita decisão do Supremo, que havia determinado prazo limite para o regime especial (2020), no julgamento da questão de ordem referente à modulação dos efeitos das ADI nº 4.425/DF e 4.357/DF.

¹⁵ “§ 1º Entende-se como receita corrente líquida, para os fins de que trata este artigo, o somatório das receitas tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de contribuições e de serviços, de transferências correntes e outras receitas correntes, incluindo as oriundas do § 1º do art. 20 da Constituição Federal, verificado no período compreendido pelo segundo mês imediatamente anterior ao de referência e os 11 (onze) meses precedentes, excluídas as duplicidades, e deduzidas: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)

I - nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)

II - nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, a contribuição dos servidores para custeio de seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira referida no § 9º do art. 201 da Constituição Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 94, de 2016)



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Procuradoria Geral**

de receitas e as contribuições para o custeio dos sistemas de previdência e assistência social dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O novo texto manteve a utilização de até 75% dos depósitos judiciais e dos depósitos administrativos em dinheiro referentes a processos judiciais ou administrativos, tributários ou não tributários, nos quais sejam parte os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios, e as respectivas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.

Determinou, contudo, a constituição de fundo garantidor para os depósitos judiciais em que o ente seja parte, com os 25% dos recursos levantados (restantes), remunerado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, contudo, nunca inferior aos índices e critérios aplicados aos depósitos levantados.

O GDF já possui o Fundo de Reserva de Depósitos Judiciais Tributários do Distrito Federal, constituído com o valor correspondente a trinta por cento dos depósitos judiciais de natureza tributária, remunerados pela Selic. Do total dos depósitos judiciais, 70% são transferidos ao GDF (Lei nº 4.866/12). A parcela dos depósitos não repassada é mantida no BRB, que a remunerará segundo critérios originalmente atribuídos aos depósitos.

Na mesma esteira, elevou a parcela (de 20% para 30%) dos demais depósitos judiciais privados que podem ser utilizados para pagamento dos Precatórios, e instituiu a remuneração dos recursos do fundo garantidor desses recursos pela Selic¹⁶.

Nesse ponto, importante anotar que, caso o ente Federado recorra a esses recursos, incorre em uma operação de crédito (inciso III¹⁷, art. 29 da LRF), autorizada pela EC 99/17, e trará desdobramentos decorrentes dos devidos registros contábeis,

¹⁶ A EC nº 94/16 excluía dos demais depósitos judiciais, para fins de cálculo do percentual autorizado para utilização pelo ente público no pagamento de precatórios, aqueles destinados à **quitação de créditos de natureza alimentícia**. O novo texto retirou a restrição, passando a considera-los na base de cálculo da parcela utilizável de 30%.

¹⁷ “III - **operação de crédito**: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;” (grifei)



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Procuradoria Geral**

contabilização na dívida pública, e plano de pagamento do principal e do serviço (Selic), sob pena de enriquecimento sem causa do Estado. Observe-se que não se estabeleceram prazos e condições para a devolução dos recursos utilizados.

Inovou e autorizou outra fonte de recursos para pagamento dos precatórios, por meio da utilização dos valor dos Precatórios e Requisições de Pequeno Valor efetuados até 31 de dezembro de 2009 e ainda não levantados, assegurada a revalidação dos requisitórios pelos juízos competentes, com a preservação da ordem cronológica original e remuneração durante todo período.

A EC nº 99/17 determina que a União, diretamente, ou por intermédio das instituições financeiras oficiais sob seu controle, ofereça linha de crédito especial aos entes devedores (Estados, distrito Federal e Municípios, bem como às respectivas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes).

Dessa forma, amplia o benefício aos entes Federados, posto que a linha de crédito especial pressupõe crédito subsidiado pela União (ou instituições financeiras sob seu controle), que capta recursos no mercado (à taxa Selic, em geral) e emprestará com base nos índices e critérios de atualização que incidem sobre o pagamento de precatórios, nos termos do § 12¹⁸ do art. 100 da Constituição Federal.

Segundo o texto constitucional, a linha de crédito especial pode ter prazo bastante alongado, principalmente se considerado que o valor da parcela levará em conta apenas a parcela de recursos próprios de cada ente da Federação aplicados no pagamento de precatórios. Como antes, nesses casos não se aplicam os limites constitucionais de

¹⁸ “§ 12. A partir da promulgação desta Emenda Constitucional, a atualização de valores de requisitórios, após sua expedição, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009). (Vide ADI 4425).” A ADI 4425 entendeu: “Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução da expressão “independentemente de sua natureza”, contida no art. 100, §12, da CF, incluído pela EC nº 62/09, para determinar que, quanto aos precatórios de natureza tributária, sejam aplicados os mesmos juros de mora incidentes sobre todo e qualquer crédito tributário”.



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Procuradoria Geral**

endividamento (VI e VII do caput do art. 52 da CF/88), ou outros limites de endividamento previstos em lei (em especial na LRF).

A emenda constitucional elevou o teto para pagamento de credores preferenciais (idade, estado de saúde e deficiência, incluído pela EC nº 94/16) de 3 para 5 vezes, sendo o restante pago observada a ordem cronológica de apresentação do precatório.

A EC nº 99/17 incluiu penalidade para os entes devedores que possuírem saldo de precatórios e RPV não pagos acima de 70% da RCL do Estado, do Distrito Federal e do Município (incluída a respectiva administração indireta). Os entes da Federação que se enquadrarem nessa condição não poderão promover novas desapropriações, salvo para fins de necessidade pública nas áreas de saúde, educação, segurança pública, transporte público, saneamento básico e habitação de interesse social.

Por fim, foi acrescentado ao artigo 105 do ADCT os parágrafos 1º e 2º, que estabelecem que seja regulamentada, até maio de 2018, a compensação de Precatórios com débitos tributários ou de outra natureza inscritos em dívida ativa até 25 de março. Caso não seja regulamentada no prazo, os créditos poderão ser compensados.

De modo geral, ampliaram-se o prazo, o volume de recursos disponíveis para pagamento dos precatórios, linhas de financiamento subsidiado. Diante disso, cabe propor alertar ao r. Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, Relator do Processo nº 10.366/2017e que alberga estudos especiais sobre os efeitos da EC nº 94/16, a respeito das alterações promovidas pela EC nº 99/17.

Todo o arranjo enjambrado pela EC nº 99/17 reforça a tese defendida pelo Ministério Público de Contas na Representação nº 11/2017-CF (e-DOC FB9BD3C8-e), em face dos efeitos da edição da EC nº 94/16 e dos impactos do novo dispositivo constitucional em âmbito local, e no Parecer nº 1122/2017-CF (e-DOC 66F3E455-e), ambos nos autos 10.366/2017e, de que o conceito de Receita Corrente Líquida definida da EC nº 94/16 é mais amplo do que aquele contido na LRF, exatamente para elevar o volume de repasses para pagamentos de precatórios (naquela emenda até 2020):



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Procuradoria Geral**

“36. O Ministério Público **concorda** com as proposições acima, e maior parte das conclusões apresentadas pelo Corpo Técnico. Conforme análise consignada ao longo do texto, **diverge** sobre o cálculo da Receita Corrente Líquida insculpido nos art. 101.

37. No nosso entendimento, a definição da Receita Corrente Líquida – RCL para fins de pagamento de precatório, prevista no § 18 do art. 100 da CF e no art. 101 do ADCT, tem maior amplitude do que aquele definido na LC nº 101/00 – LRF, pelas razões antes esposadas.

38. Portanto, **há impactos no caso distrital**, que passa a ter considerada na RCL, a parcela do Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF que **ingressar nos cofres do tesouro local**, para quaisquer fins.”

Indo para o fim, como esposado antes, profícuo propor alerta à Corte de Contas a respeito da insuficiência dos repasses mensais de recursos destinados ao pagamento de precatórios do Distrito Federal durante o exercício de 2017, em contrariedade às disposições do art. 101 do ADCT, expondo tanto o Tesouro local quanto a própria chefia do Poder Executivo às sanções previstas no art. 104 do mesmo ADCT.

Não há nos autos 10.366/2017e notícias sobre a constituição do fundo garantidor a que se refere o inciso II do § 2º do art. 101 do ADCT, condição prévia para o uso desses recursos.

De outra, alguns dispositivos da Lei distrital nº 4.866/2012 restaram prejudicados diante da decisão liminar na ADI nº 5679 (e-DOC 28D81A56-c)¹⁹. Primeiro, os recursos não podem transitar pelos cofres do Tesouro local, ao contrário do que prevê – e está em prática no orçamento local – a Lei nº 4866/12²⁰:

¹⁹ “5. Cautelar parcialmente deferida, apenas para explicitar as condições a serem atendidas pelos entes públicos para a utilização dos recursos oriundos dos depósitos judiciais, tal como enunciado no item anterior: (i) destinação exclusiva para precatórios; (ii) prévia constituição de fundo garantidor; e (iii) não trânsito dos recursos pela conta do Tesouro.”

²⁰ No Anexo I consta a publicação de extrato de contrato entre o GDF e o BRB para a “Operacionalização das transferências para o Distrito Federal, a Crédito da Conta Especial do TJDF, em cumprimento à LC nº 151 de 5/8/2015 e EC nº 94/2016, alterada pela EC nº 99/2017”. Pelo objeto do ajuste, o novo contrato já considera as alterações e inovações no texto constitucional.



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Procuradoria Geral**

Art. 4º O BRB repassará ao Tesouro do Distrito Federal a parcela correspondente a setenta por cento do valor total dos depósitos judiciais de que trata o art. 1º, caput e parágrafo único.

Parágrafo único. Fica estabelecida a periodicidade diária para o repasse ao Tesouro do Distrito Federal da parcela de setenta por cento dos depósitos judiciais tributários efetuados no BRB. (Parágrafo único com a redação da Lei nº 5.223, de 2013) (destaquei)

Segundo, os recursos têm destinação **exclusiva** para pagamento de “precatórios”, o que deixa sem efeito dispositivos daquela Lei distrital:

*Art. 5º Os recursos repassados ao Distrito Federal na forma desta Lei, ressalvados os destinados ao Fundo de Reserva de que trata o art. 2º, **serão aplicados exclusivamente no pagamento de:***

I – precatórios judiciais de qualquer natureza;

II – amortização do principal e dos juros e dos encargos acessórios da dívida fundada do Distrito Federal.

Parágrafo único. Caso a Lei Orçamentária do Distrito Federal preveja dotações suficientes para o pagamento da totalidade das despesas referidas nos incisos I e II, exigíveis no exercício, o valor excedente dos repasses de que trata o caput poderá ser utilizado para a realização de outras despesas de capital, além daquelas inerentes à amortização do principal a que se refere o inciso II.

A rigor, o GDF era optante pelo regime especial de pagamento anterior, definido na EC nº 62/09, estava em mora com a quitação do passivo de precatório à época da EC nº 94/16. Portanto, segue, necessariamente, o novo regime iniciado em 2017, não podendo dispor dos recursos de depósitos judiciais para pagamento de despesas que não seja com precatórios²¹.

Por fim, importa anotar que as alterações propostas nos créditos adicionais em análise atendem às determinações previstas na LDO/2018 e LOA/2018, e que os Projetos de Lei nº 1.884/2018 e nº 1.884/2018 foram aprovados pela CLDF, conforme publicado no Diário da Câmara Legislativa – DCL de 24.01.2018, p. 5 e p. 45,

²¹ Em consulta à execução orçamentária de 2017 (fonte Siggo), verifica-se dotação autorizada da ordem de R\$ 8,6 milhões na fonte de recursos “172 - RECURSOS DECORRENTE DE DEP. JUDICIAIS-LEI-4866/2012”, na ação orçamentária “329021 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO”, da SEF/DF, contudo não houve execução. Para 2018, até o momento, a programação orçamentária para essa fonte (172) é para o pagamento de despesas de “312091 - Sentenças Judiciais”.



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Procuradoria Geral**

respectivamente. Não logramos êxito em localizar a publicação no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF até esta data.

Brasília-DF, 30 de janeiro de 2018.

Marco Aurélio Ferreira Peres
Assessor



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Procuradoria Geral**

Anexo I – Comparativo

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 94/16, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 99/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017	Análise
<p>Altera o art. 100 da Constituição Federal, para dispor sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais; e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir regime especial de pagamento para os casos em mora.</p> <p>As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:</p>	<p>Altera o art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir novo regime especial de pagamento de precatórios, e os arts. 102, 103 e 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</p> <p>As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:</p>	
<p>Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 101 a 105:</p>	<p>Art. 1º O art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com as seguintes alterações:</p>	
<p>"Art. 101. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, estiverem em mora com o pagamento de seus precatórios quitarão até 31 de dezembro de 2020 seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período, depositando, mensalmente, em conta especial do Tribunal de Justiça local, sob única e exclusiva administração desse, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre as respectivas receitas correntes líquidas, apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual suficiente para a quitação de seus débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, à média do comprometimento percentual da receita corrente líquida no período de 2012 a 2014, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça local.</p>	<p>"Art. 101. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, se encontravam em mora no pagamento de seus precatórios quitarão, até 31 de dezembro de 2024, seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), ou por outro índice que venha a substituí-lo, depositando mensalmente em conta especial do Tribunal de Justiça local, sob única e exclusiva administração deste, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre suas receitas correntes líquidas apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual suficiente para a quitação de seus débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, ao percentual praticado na data da entrada em vigor do regime especial a que se refere este artigo, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça local.</p>	<p>Ampliou ou prazo de quitação de 2020 para 2024; e determinou atualização dos valores pelo IPCA-E (correção monetária); Reduziu o valor do depósito mínimo (alterou critério para depósito mínimo, da média dos depósitos entre 2012 a 2014, para valores depositados atualmente. Considerando a crise financeira que atinge a maioria dos Estados e Municípios, é de se esperar redução no valor mínimo).</p>
-----	-----	Sem alteração ou similar.



**Ministério Público do Distrito Federal
Procuradoria Geral**

§ 2º O débito de precatórios poderá ser pago mediante a utilização de recursos orçamentários próprios e dos seguintes instrumentos:	§ 2º O débito de precatórios será pago com recursos orçamentários próprios provenientes das fontes de receita corrente líquida referidas no § 1º deste artigo e, adicionalmente , poderão ser utilizados recursos dos seguintes instrumentos:	Ampliou os meios de pagamento com qualquer fonte de receita primária, inclusive as receitas vinculadas (mais uma desvinculação de receitas) .
I - até 75% (setenta e cinco por cento) do montante dos depósitos judiciais e dos depósitos administrativos em dinheiro referentes a processos judiciais ou administrativos, tributários ou não tributários, nos quais o Estado, o Distrito Federal ou os Municípios, ou suas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, sejam parte;	I - até 75% (setenta e cinco por cento) dos depósitos judiciais e dos depósitos administrativos em dinheiro referentes a processos judiciais ou administrativos, tributários ou não tributários, nos quais sejam parte os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios, e as respectivas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, mediante a instituição de fundo garantidor em montante equivalente a 1/3 (um terço) dos recursos levantados, constituído pela parcela restante dos depósitos judiciais e remunerado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, nunca inferior aos índices e critérios aplicados aos depósitos levantados;	Estabeleceu o fundo garantidor para os depósitos judiciais em que o ente seja parte, com os 25% dos recursos levantados (restantes), a exemplo do inciso II. O DF já possui o fundo, com distribuição de 30%. 70% são transferidos ao GDF (Lei 4866/12).
II - até 20% (vinte por cento) dos demais depósitos judiciais da localidade, sob jurisdição do respectivo Tribunal de Justiça, excetuados os destinados à quitação de créditos de natureza alimentícia , mediante instituição de fundo garantidor composto pela parcela restante dos depósitos judiciais, destinando-se:	II - até 30% (trinta por cento) dos demais depósitos judiciais da localidade sob jurisdição do respectivo Tribunal de Justiça, mediante a instituição de fundo garantidor em montante equivalente aos recursos levantados, constituído pela parcela restante dos depósitos judiciais e remunerado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, nunca inferior aos índices e critérios aplicados aos depósitos levantados, destinando-se:	Aumentou o percentual; Estabeleceu custos para o uso desses recursos (Remunerados à taxa Selic, sempre acima da remuneração dos depósitos levantados). Aumentou o custo! Caso o ente recorra a esses recursos, a operação assemelha-se a uma operação de crédito (inciso III, art. 29 da LRF), autorizada pela EC 99/17, e trará desdobramentos decorrentes dos devidos registros contábeis e contabilização na dívida pública, e plano de pagamento do principal e do serviço (Selic), sob pena de enriquecimento sem



**Ministério Público do Distrito Federal
Procuradoria Geral**

		causa do Estado. Não se estabeleceram prazos e condições para a devolução dos recursos utilizados.
b) no caso dos Estados, 50% (cinquenta por cento) desses recursos ao próprio Estado e 50% (cinquenta por cento) a seus Municípios;	b) no caso dos Estados, 50% (cinquenta por cento) desses recursos ao próprio Estado e 50% (cinquenta por cento) aos respectivos Municípios, conforme a circunscrição judiciária onde estão depositados os recursos, e, se houver mais de um Município na mesma circunscrição judiciária, os recursos serão rateados entre os Municípios concorrentes, proporcionalmente às respectivas populações, utilizado como referência o último levantamento censitário ou a mais recente estimativa populacional da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);	Estabeleceu a regra da circunscrição judiciária, e repartição entre os Municípios concorrentes na mesma circunscrição.
III - contratação de empréstimo, excetuado dos limites de endividamento de que tratam os incisos VI e VII do art. 52 da Constituição Federal e de quaisquer outros limites de endividamento previstos, não se aplicando a esse empréstimo a vedação de vinculação de receita prevista no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal."	III - empréstimos, excetuados para esse fim os limites de endividamento de que tratam os incisos VI e VII do caput do art. 52 da Constituição Federal e quaisquer outros limites de endividamento previstos em lei, não se aplicando a esses empréstimos a vedação de vinculação de receita prevista no inciso IV do caput do art. 167 da Constituição Federal;	Similar, sem alteração de conteúdo.
	IV - a totalidade dos depósitos em precatórios e requisições diretas de pagamento de obrigações de pequeno valor efetuados até 31 de dezembro de 2009 e ainda não levantados, com o cancelamento dos respectivos requisitórios e a baixa das obrigações, assegurada a revalidação dos requisitórios pelos juízos dos processos perante os Tribunais, a requerimento dos credores e após a oitiva da entidade devedora, mantidas a posição de ordem cronológica original e a remuneração de todo o período.	Incluído. Permite a utilização de mais uma fonte (depósitos ainda não levantados)
	§ 3º Os recursos adicionais previstos nos incisos I, II e IV do § 2º deste artigo serão transferidos diretamente pela instituição financeira depositária para a conta especial referida no caput deste artigo, sob única e exclusiva administração do Tribunal de Justiça local, e essa	Incluído



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Procuradoria Geral**

	transferência deverá ser realizada em até sessenta dias contados a partir da entrada em vigor deste parágrafo, sob pena de responsabilização pessoal do dirigente da instituição financeira por improbidade.	
	§ 4º No prazo de até seis meses contados da entrada em vigor do regime especial a que se refere este artigo, a União, diretamente, ou por intermédio das instituições financeiras oficiais sob seu controle, disponibilizará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como às respectivas autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, linha de crédito especial para pagamento dos precatórios submetidos ao regime especial de pagamento de que trata este artigo, observadas as seguintes condições:	Incluído. Estabelece obrigatoriedade de a União financiar os Estados e Municípios por meio de linha de crédito especial. (PERIGOSO)
	I - no financiamento dos saldos remanescentes de precatórios a pagar a que se refere este parágrafo serão adotados os índices e critérios de atualização que incidem sobre o pagamento de precatórios, nos termos do § 12 do art. 100 da Constituição Federal;	Incluído. Subsídio. A União capta no mercado a juros Selic para financiar os entes federados que pagam com índices e critérios do respectivo precatório!
	II - o financiamento dos saldos remanescentes de precatórios a pagar a que se refere este parágrafo será feito em parcelas mensais suficientes à satisfação da dívida assim constituída;	Incluído! A perder de vista!
	III - o valor de cada parcela a que se refere o inciso II deste parágrafo será calculado percentualmente sobre a receita corrente líquida, respectivamente, do Estado, do Distrito Federal e do Município, no segundo mês anterior ao pagamento, em percentual equivalente à média do comprometimento percentual mensal de 2012 até o final do período referido no caput deste artigo, considerados para esse fim somente os recursos próprios de cada ente da Federação aplicados no pagamento de precatórios;	Incluído! Base de cálculo reduzida! Amplia o subsídio!
	IV - nos empréstimos a que se refere este parágrafo não se aplicam os limites de endividamento de que tratam os incisos VI e VII do caput do art. 52 da Constituição Federal e quaisquer outros limites de endividamento previstos em lei." (NR)	



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Procuradoria Geral**

	Art. 2º O art. 102 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:	
	§ 2º Na vigência do regime especial previsto no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, as preferências relativas à idade, ao estado de saúde e à deficiência serão atendidas até o valor equivalente ao quíntuplo fixado em lei para os fins do disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, admitido o fracionamento para essa finalidade, e o restante será pago em ordem cronológica de apresentação do precatório." (NR)	Incluído! Preferência de pagamento para obrigações definidas em leis como de pequeno valor – RPV (ampliado de 3 para até 5 vezes o valor previsto na lei específica).
	Art. 3º O art. 103 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:	
	Parágrafo único. Na vigência do regime especial previsto no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ficam vedadas desapropriações pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, cujos estoques de precatórios ainda pendentes de pagamento, incluídos os precatórios a pagar de suas entidades da administração indireta, sejam superiores a 70% (setenta por cento) das respectivas receitas correntes líquidas, excetuadas as desapropriações para fins de necessidade pública nas áreas de saúde, educação, segurança pública, transporte público, saneamento básico e habitação de interesse social." (NR)	Incluído. Penalidade aplicada aos Estados e Municípios durante a vigência do regime especial, enquanto o saldo de precatórios e RPV a pagar do ente e de sua adm. Indireta supere 70% da sua RCL.
	Art. 4º O art. 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:	
	§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios regulamentarão nas respectivas leis o disposto no caput deste artigo em até cento e vinte dias a partir de 1º de janeiro de 2018.	Incluído
	§ 3º Decorrido o prazo estabelecido no § 2º deste artigo sem a regulamentação nele prevista, ficam os credores de precatórios autorizados a exercer a faculdade a que se refere o caput deste artigo." (NR).	Incluído



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Procuradoria Geral**

	Art. 5º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.	
--	--	--

Publicação de extrato de contrato do GDF e o BRB para a operacionalização das transferências do GDF a crédito do TJDF (DODF Nº 3, quinta-feira, 4 de janeiro de 2018):

EXTRATO DO CONTRATO

PARTES: DISTRITO FEDERAL e BANCO DE BRASÍLIA S/A. **OBJETO:** Operacionalização das transferências para o Distrito Federal, a Crédito da Conta Especial do TJDF, em cumprimento à LC nº 151 de 5/8/2015 e EC nº 94/2016, alterada pela EC nº 99/2017. **DA VIGÊNCIA:** 60 (sessenta) meses, a contar da data de assinatura. **DATA DE ASSINATURA:** 27/12/2017. **SIGNATÁRIOS:** Pelo DISTRITO FEDERAL: RODRIGO SOBRAL ROLLEMBERG, na qualidade de Governador e BANCO DE BRASÍLIA S/A: NILBAN DE MELO JUNIOR, na qualidade de Presidente em exercício.